



O teu irmão é da FAPE o meu é da LUAR

## A extrema-esquerda em Portugal (1960-74)

# 1. Os marxistas-leninistas e os trotskistas

*João Paulo Martins e Rui Loureiro*

O movimento de resistência ao regime salazarista conhece nos finais da década de 50 e começos da de 60 um impulso significativo que se prende, por um lado, com a situação interna (campanha de Humberto Delgado em 1958, movimentações populares e estudantis em 1961 e 1962, eclidir da guerra colonial) e, por outro, com a situação internacional (cisão no movimento comunista internacional, revolução cubana). Esta oposição ao regime, se por um lado engloba todos os antifascistas, não deixa também de ter profundas divergências entre si, já que são muito diferentes as formas ou «fórmulas» defendidas para o derrube do fascismo, bem como a resposta à grande questão: o que fazer depois da queda do regime?

João Paulo Martins e Rui Loureiro. Licenciados em História. Professores do ensino secundário.

Este primeiro artigo analisa, tão exaustivamente quanto possível, os grupos M-L (Marxistas-Leninistas) e a corrente Trotskista. Num segundo artigo abordaremos a questão da luta armada e os grupos a ela ligados — a LUAR, as BR e a ARA.

No que respeita à esquerda revolucionária, vulgo «extrema-esquerda», ela surge a partir de divergências, dentro do PCP, que se vinham acentuando desde os finais da década de 50. As questões então em debate prendiam-se com a tática a seguir pelo partido na correcção do «desvio de direita de 56/59», com as alianças de classe para o derrube do fascismo e, mais genericamente, com o alinhamento ou não do PCP em relação às teses do XX Congresso do PC da URSS (PCUS), em 1956.

Um melhor conhecimento destas questões é possível a partir da leitura da correspondência entre Francisco Martins Rodrigues, membro da Comissão Executiva do Comité Central do PCP e o próprio Comité Central. Ao longo de várias cartas, na sua maioria publicadas após a cisão, Martins Rodrigues expõe algumas críticas à linha do partido, vincando o «abandono da aliança operário-camponesa» em favor da «Linha de Unidade com a burguesia liberal» (tese levantada no 2.º Congresso Ilegal de 1946) — carta de Março de 1961. Esta correspondência, que será numerosa até à sua expulsão (Resolução do Comité Central de Dezembro de 1963) reflecte no seu conjunto a cisão no movimento comunista internacional entre o PCUS e o PC Chinês. Ressaltam então das posições do PCP a adesão às teses da «coexistência pacífica», bem como da «transição pacífica ao socialismo» remetendo para um plano secundário a questão da tomada violenta do poder, ou falando nela em moldes obscuros (Cf. «Rumo à Vitória», Porto, 1974, pp. 183). As posições de Martins Rodrigues são largamente desenvolvidas no texto «Luta pacífica e luta armada no nosso movimento», escrito em

1963, quando ainda militava no PC, reeditado após o 25 de Abril.

A expulsão surgirá como resultado «lógico» da evolução das divergências, afirmando o partido que a expulsão em nada se relaciona com «discordâncias de carácter político» (resol. de Dez. 63), atitude que sempre o PC tomou em relação aos «dissidentes». Veja-se os casos de Silva Marques, Manuel Teixeira Ruela, Américo de Sousa e Alexandre Castanheira.

Mas se, por um lado, a situação internacional pesa nesta questão, por outro, a situação concreta portuguesa vivida nos anos de 1961 e 1962, com movimentações de rua a atingirem pontos até aí não alcançados, levam Martins Rodrigues (e o grupo que com ele sai do PC) a concluir da necessidade imediata de levar por diante formas de luta armada que, na perspectiva da tomada violenta do Estado, dêem corpo e um sentido ofensivo às reivindicações populares e estudantis. Um primeiro sinal já tinha sido dado pela tentativa de assalto ao Quartel de Beja, em 1 de Janeiro de 1962, e a imagem presente das revoluções cubana e argelina criavam em muitos a ideia de que novas formas de luta contra o regime eram necessárias e possíveis (projecto não apoiado pelo PC). Aliás, este período de 1961/62 teve ainda a característica de ter mostrado, a nível estudantil, que um trabalho podia ser feito fora da área do PC. Parece que, de facto, assim aconteceu e não será com espanto que se assistirá, nos anos seguintes, a um movimento M-L quase todo ele nascido e criado na emigração e tendo a Universidade como ponto de contacto no interior.

Para nos apercebermos da dimensão que atingiu a contestação em 1962, basta lembrar que nesse ano foram condenados pelos tribunais 1384 cidadãos por desobediência, injúrias, resistência ou violências contra as autoridades; 54 por crimes políticos; 31 por reuniões criminosas e sedição e 3 por crimes contra a religião («Acção Popular», n.º 3 — Jan. 65).

A nosso ver, esta situação explica-se menos por razões económicas do que políticas. De facto, o capitalismo português não atravessava então graves dificuldades, não esqueçamos que a guerra colonial ainda «no adro» e que as dificuldades económicas virão mais tarde, quando o *boom* do capitalismo ocidental der lugar à estagnação do crescimento económico, nos finais dos anos sessenta. Nesta situação, dizíamos, são as liberdades políticas que estão em jogo, são as primeiras tomadas de consciência da questão colonial, são no fundo as esperanças ainda não adormecidas que a campanha do general Delgado levantou que formam o pano de fundo desta crise.

### FAP e CMLP: o começo

Em Agosto de 1963 há uma conferência de Trabalho do Comité Central do PCP onde se verifica uma agudização entre as duas linhas existentes no seio do partido, uma delas encabeçada pelos posteriores dirigentes da FAP-CMLP — Francisco Martins Rodrigues, João Pulido Valente e Rui d’Espiney.

Em Dezembro do mesmo ano, F. M. Rodrigues escreve o artigo «Luta pacífica e luta armada no nosso movimento», no qual defende a necessidade da luta armada como meio de derrube do regime fascista.

Em Janeiro de 1964, F. M. Rodrigues é expulso do Comité Central e do partido. O grupo de militantes que com ele abandona o partido (será mais correcto falar em abandono do que propriamente em cisão, se se atender à reduzida percentagem de militantes que então abandonou o PCP) vão criar em Janeiro de 1964 a Frente de Acção Popular (FAP), que publica o órgão «Acção Popular». Ligados estreitamente à FAP, aparecem também os Grupos de Acção Popular (GAPs) que, propondo-se a formas de luta violenta, actuam pela primeira vez em Novembro de 1965, contra as instalações da Polícia, por altura das eleições para

deputados, como habitualmente controladas pelo regime, que então tiveram lugar.

O principal objectivo da FAP era a união dos antifascistas e o desencadear da luta armada. No plano teórico, a FAP definia a revolução como a revolução democrático-popular (tese, aliás, já avançada dentro do PCP, em 1954), como a «instauração de um poder amplamente democrático que destrua, até aos alicerces, o poder da grande burguesia financeira e latifundiária, que expulse o imperialismo e abra o caminho à Revolução Socialista («Revol. Pop.», n.º 1).

A necessidade claramente expressa de reconstrução do Partido Comunista leva à criação, em Abril de 1964, do Comité Marxista-Leninista Português (CMLP), que publica o órgão «Revolução Popular», do qual saíram seis números, em Outubro desse ano e em Janeiro, Março, Abril, Junho e Dezembro de 1965. A verdadeira formalização do CMLP como grupo é posterior ao seu aparecimento; se é em Abril de 64 que aparece e se ouve falar no CMLP como grupo, tendo mesmo saído o 1.º número do «Revolução Popular» em Outubro, como órgão do CMLP, é no entanto em 3/1/65 que, em Paris, se formaliza o CMLP, com a criação de um secretariado e de um comité de redacção.

Em Junho de 1965 (data não precisa) entram clandestinamente em Portugal, Câmpos (nome de clandestinidade de F. M. Rodrigues), João Pulido Valente e Rui d’Espiney, que formam a direcção do CMLP no interior; no exterior existem como dirigentes do CMLP (segundo a «Rev. Pop.», n.º 7): Belo, Jacinto Rodrigues, José Capilé, Coelho e Barros.

A 21 de Outubro de 1965 João Pulido Valente é preso, em Lisboa, detenção essa seguida de outras, em Novembro. João Pulido Valente fora denunciado à PIDE por Mário Mateus, que, após julgamento revolucionário em Belas, foi condenado e executado em Dezembro de 1965. A esta prisão vão seguir-se as dos restantes

membros da direcção do CMLP no interior: «Xico» Martins, em Janeiro de 1966 e Rui d'Espiney, no mês seguinte.

Embora a PIDE tenha conhecimento de que foram os dirigentes da FAP que eliminaram Mário Mateus, não deixa de informar a opinião pública (a propósito de um outro atentado cometido contra Augusto Lindolfo, ex-dirigente do PCP) de que a responsabilidade do assassinato de Mário Mateus cabe ao Partido Comunista.

Depois destas prisões e do natural desânimo, desorganização e reduzido número de militantes, o movimento M-L atravessa um período de inacção verificando-se mesmo, na opinião de alguns ex-militantes, uma debandada geral que cria um vazio na oposição ao fascismo.

Em Agosto de 1966 publica-se a «Revolução Popular», n.º 7, pseudo-órgão de um CMLP que já não existia; é alcunhada de trotskista, visto defender o abandono da aliança operário-camponesa. É recebida nessa altura, em Paris, correspondência da prisão de «Xico» Martins:

«É recebida em Paris pelo Comité do Exterior a autocritica do «Xico» mandada da prisão em papel de mortalha, várias folhas, em que ele reconhece que fraquejou perante a Polícia e que não tem mais direito ao título de comunista, descrevia também a natureza das torturas mas acrescentava que se as nomeava era pura e simplesmente para que pudessem estudá-las e não que ele pretendesse servir-se delas para que o desculpassem.» (in «Documentos da III Conferência do CMLP em Abril de 1975», II volume, pág. 85, Ed. «A Verdade»).

A desorganização dos militantes dispersos pela Europa, que neste período caracteriza o movimento (vai ser de primordial importância o facto de existirem muitos desertores à guerra; alguns deles só no estrangeiro têm contactos com estes grupos que, na maioria, tinham o secretariado e a maior parte dos militantes no exterior, apenas com alguns elementos de contacto no interior) leva à prepara-

ção da 1.ª Conferência do CMLP, em Janeiro de 1967. Em relação a esta Conferência, cinco ex-dirigentes do CMLP tomam posição num documento intitulado «Uma Fraude», onde se incita ao abstencismo na 1.ª Conferência, por ela ser dominada por elementos «direitistas». Estes dirigentes (do exterior) eram defensores da linha FAP, ou seja, concedendo prioridade à acção directa e reconstrução do partido mais tarde. Este grupo acaba por ser afastado da Conferência e do CMLP. Nesta Conferência decide-se a dissolução da FAP, visto a tarefa fundamental dos marxistas-leninistas ser a reconstrução do partido; logo, o CMLP merecia toda a atenção visto ser a organização para comunistas. Ainda num período chegado à 1.ª Conferência é recebida em Paris correspondência de «Xico» Martins sobre as tarefas de organização. Faz-se na Conferência o balanço da actividade dos M-L desde 1964. Na generalidade reconhecem-se méritos à FAP-CMLP, (não só nesta Conferência, como posteriormente, no jornal «O Comunista»), no que respeita à correcta definição das classes que formam o campo revolucionário, caracterização da burguesia liberal como classe não revolucionária, orientada para a colaboração de classes, e caracterização da etapa da revolução como a «revolução democrático-popular»; apresenta-se a violência como uma necessidade constante do processo revolucionário, em oposição ao pacifismo que caracterizava o PCP.

Os erros apontados à FAP consistem essencialmente em ter deixado para segundo plano a reconstituição do partido e não ter sabido demarcar a organização do proletariado (CMLP) da organização das massas populares (FAP); em termos de produção teórica, o CMLP foi o mentor ideológico de quase toda a corrente M-L. Os textos de Martins Rodrigues continuarão por muito tempo a servir de base para a instrução de novos militantes. No fundo, as suas posições são as posições dos grupos M-L. Algumas críti-

cas não lhe serão, no entanto, poupadas, como sejam o apresentar a revolução cubana como modelo da «revolução democrática e popular», posição que, de resto, M. Rodrigues já tomara no seu livro, atrás citado. O próprio órgão da FAP,

fará, no seu n.º 2, um elogio a Fidel, o que levará as organizações herdeiras da FAP-CMLP (e são muitas as que se reclamam dessa herança) a cerrar fileiras contra o guerrilheirismo e as tendências guevaristas e castristas.

# O COMUNISTA

## SOBRE TROTSKY E STALINE

Proliferando graças ao desenvolvimento do capitalismo, o trotskismo voltou a aparecer, ressuscitando as velhas discussões e polémicas com a orientação leninista para a revolução. Produto directo da nova burguesia dos serviços, do tecnicismo e da tecnocracia, reaparece como tradicional inimigo dos interesses do proletariado, continuando a significar uma ponta de lançada ideologia burguesa dentro do movimento revolucionário.

Pequeno este fenómeno, muitos militantes que se afirmam não têm posições erradas, consistindo as mais frequentes em menosprezar e esconder a contradição antagonica que existe com o trotskismo, ou em defender a todo o custo a prática do Partido Bolchevique sob a ditadura de Staline. Com a primeira posição, servem objectivamente os interesses da burguesia, deixando desenvolver-se uma linha politica hostil aos interesses do proletariado; com a segunda posição deixam aos trotskistas a sua unica razão de existência, que é precisamente a de propagandear e fazer alarico sobre os erros de Staline.

Sejam claros: a história do movimento comunista internacional não é limpa e pura, teve, tem e terá contradições. É nosso dever indicá-las e discutí-las, não temos de ter medo de erros que outros camaradas ou nós próprios poderemos cometer; a luta das ideias e a prática seleccionaram as posições justas e rejeitarão as falsificações e desvios da linha científica do proletariado. O direito de discutir os erros do movimento co-

munistas internacional pertence aos militantes revolucionários marxistas leninistas, e não aos sabotadores trotskistas. Pela nossa parte não abdicaremos desse direito (e dever).

Para expor com a maior clareza possível a contradição existente entre o trotskismo e o marxismo leninismo, analisaremos o papel assumido por Trotsky e Staline na revolução bolchevique, os seus meritos e os seus erros, a prática actual dos trotskistas e dos marxistas leninistas, e a prática de construção do socialismo que supera hoje as contradições e desvios dessa época histórica da ditadura do proletariado.

### quem foi TROTSKY?

Militante que se caracterizou por uma notável instabilidade política, personificou todas as hesitações do movimento revolucionário Russo do principio do século. Frequentemente em contradição com Lenine, tentou ser acidentalmente o homem da unidade entre mencheviques e bolcheviques, acabou por aderir às fileiras do partido bolchevique em 1917, participando na insurreição de Outubro e assumindo um papel importante na Guerra Civil contra os reacionários. Esta participação de Trotsky na Revolução de Outubro, serve de pretexto aos seus discipulos para lhe dar um lugar primordial e decisivo nessa etapa vitoriosa da luta do proletariado. Assim se anaga o papel determinante do partido bolchevique, e se tenta ocultar todas as contradições antagonicas de

JULHO 72 — em frente pela revolução popular — Nº13

Primeira página de um dos números do jornal clandestino «O Comunista», catalisador do grupo com o mesmo nome criado em 1968 e que contou a partir de 1970 com a colaboração de Silva Marques, ex-funcionário do PCP expulso no ano anterior

A 1.ª Conferência define como tarefas imediatas: «1.º — A unidade e o recrutamento dos comunistas sobre a base do Marxismo-Leninismo, demarcando nitidamente os comunistas dos revisionistas e os revolucionários dos reformistas.

2.º — A organização da vanguarda do proletariado.

3.º — A criação de verdadeiras bases para a reconstrução do PC.

4. — O desencadeamento (quando e como se tornar possível) da violência revolucionária.

5.º — A posterior unificação do movimento comunista M-L em torno de uma nova plataforma política, logo que seja ultrapassada a presente situação de fraqueza no plano orgânico, de carência de quadros a todos os níveis, de isolamento da vanguarda do proletariado em relação às massas trabalhadoras.»

Passa então a publicar-se o novo órgão do CMLP «O Proletário».

Apesar do esforço de unidade levado a cabo pela 1.ª Conferência, o desentendimento entre os militantes, o abandono por parte de muitos e a distância a que tudo se passava das lutas do proletariado português, levam ao total isolamento destes grupos e as suas acções passam completamente despercebidas em Portugal, à excepção do meio estudantil, onde se sentem as repercussões desta situação exterior.

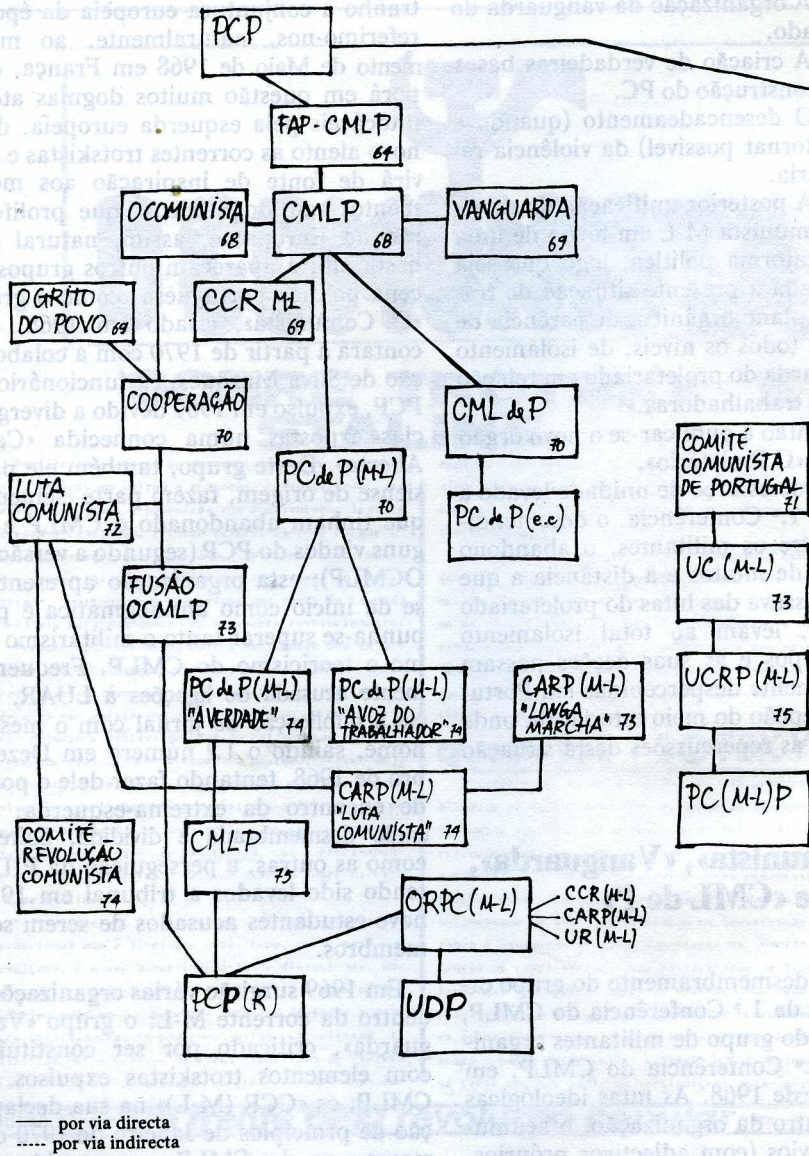
### «O Comunista», «Vanguarda», «CCR» e «CML de P»

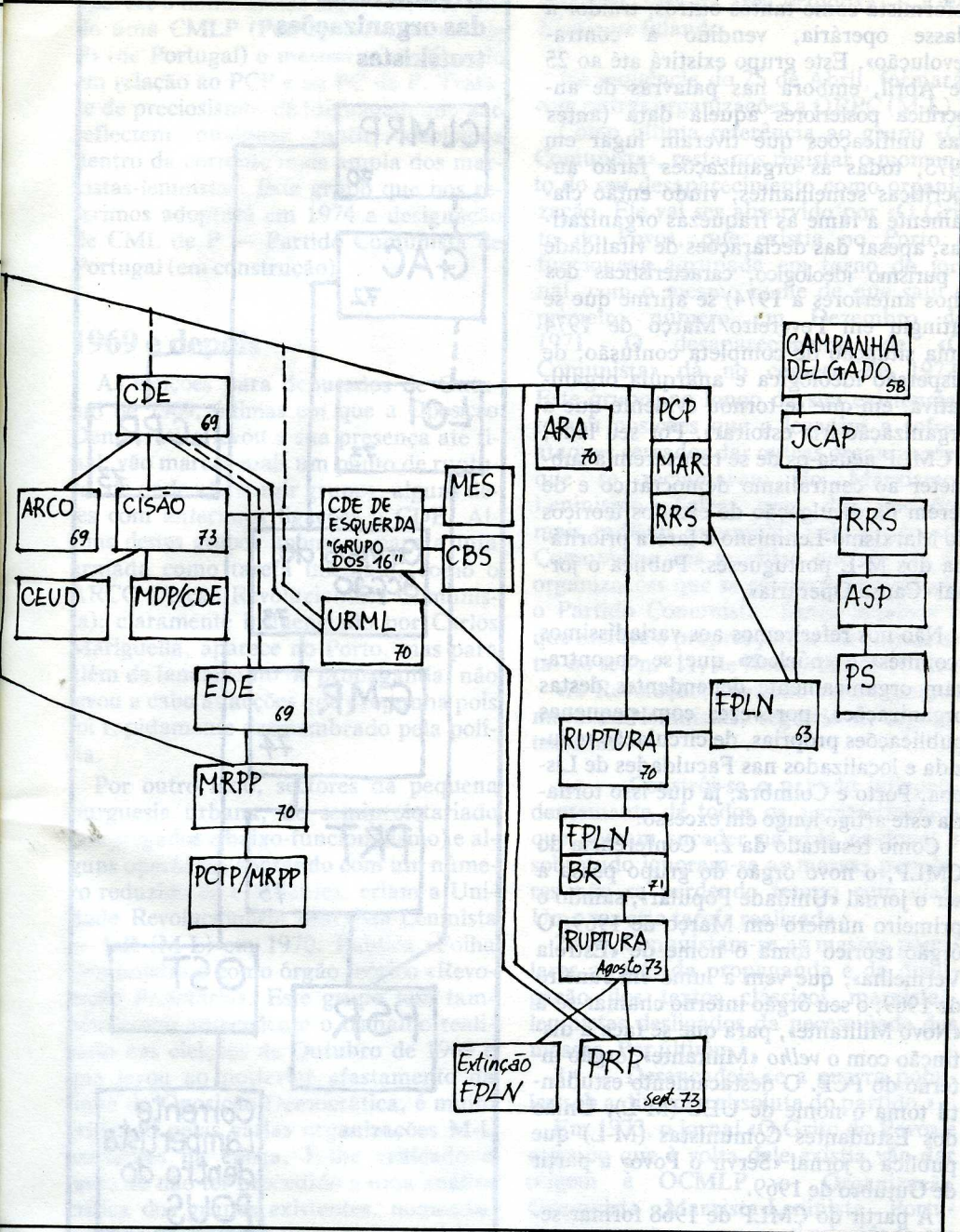
Após o desmembramento do grupo organizador da 1.ª Conferência do CMLP, um reduzido grupo de militantes organiza uma 2.ª Conferência do CMLP, em Novembro de 1968. As lutas ideológicas acesas dentro da organização, o acumular de desvios (com adjectivos próprios, que vão desde **liquidacionista** e **espontaneista** até **arrivista**, não esquecendo, contudo, que **trotskista** era o mais usado), e

o aparecimento de uma corrente denominada 'antipartido' que se exprime no jornal do CMLP, «O Proletário», defendendo posições guevaristas, leva a que alguns militantes se decidam por outras experiências políticas, ao que não é estranho a conjuntura europeia da época: referimo-nos, naturalmente, ao movimento de Maio de 1968 em França, que porá em questão muitos dogmas até aí intocáveis pela esquerda europeia, dará novo alento às correntes trotskistas e servirá de fonte de inspiração aos movimentos «antidogmáticos» que proliferarão na Europa; é, assim, natural que nesta altura apareçam outros grupos na cena política portuguesa, como o grupo «O Comunista», criado em 1968, que contará a partir de 1970 com a colaboração de Silva Marques, ex-funcionário do PCP, expulso em 1969 devido a divergências expostas numa conhecida «Carta Aberta». Deste grupo, também ele parisiense de origem, fazem parte elementos que tinham abandonado o CMLP e alguns vindos do PCP (segundo a versão da OCMLP); esta organização apresentou-se de início como antidogmática e propunha-se superar tanto o militarismo como o teoricismo do CMLP. Frequentemente acusada de ligações à LUAR, inicia a publicação do jornal com o mesmo nome, saindo o 1.º número em Dezembro de 1968, tentando fazer dele o ponto de encontro da extrema-esquerda, até então desmembrada e dividida. Sofrerá, como as outras, a perseguição da PIDE, tendo sido levados a tribunal em 1973, nove estudantes acusados de serem seus membros.

Em 1969 surgirão várias organizações, dentro da corrente M-L: o grupo «Vanguarda», criticado por ser constituído com elementos trotskistas expulsos do CMLP; os «CCR (M-L)» na sua declaração de princípios de Janeiro de 1970 demarcam-se do CMLP que consideram «dogmáticos na teoria, reduzem-na a um conjunto de fórmulas, de receitas desligadas da vida» e «burgueses na teoria e

Organigrama das organizações marxistas-leninistas portuguesas







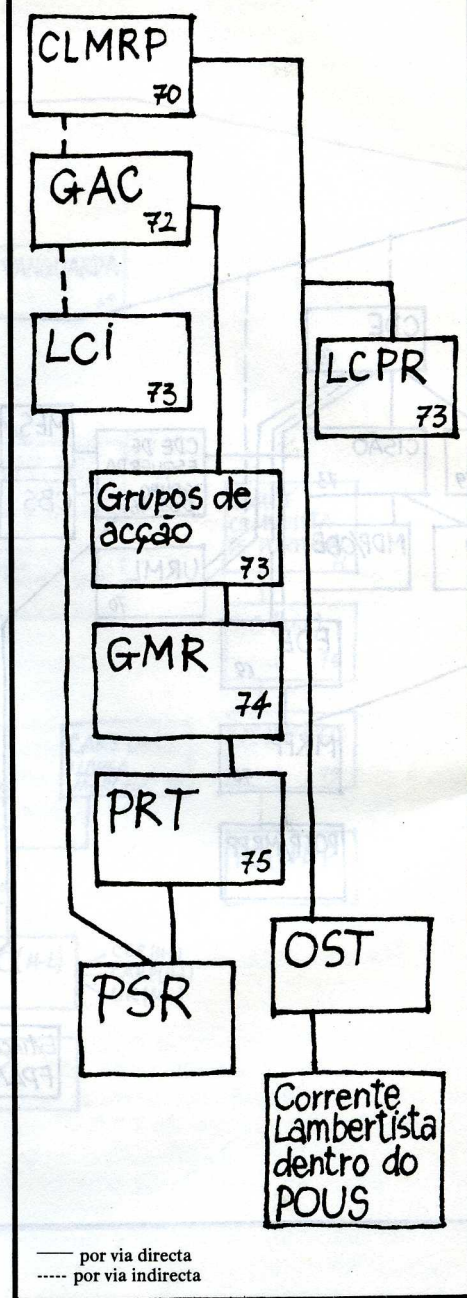
burgueses na prática, serão um partido reformista como tantos outros, traidor à classe operária, vendido à contra-revolução». Este grupo existirá até ao 25 de Abril, embora nas palavras de autocrítica posteriores àquela data (antes das unificações que tiveram lugar em 1975, todas as organizações farão autocríticas semelhantes, vindo então claramente a lume as fraquezas organizativas, apesar das declarações de vitalidade e purismo ideológico, características dos anos anteriores a 1974) se afirma que se «atingiu em Fevereiro/Março de 1974 uma situação de completa confusão, de dispersão ideológica e anarquia organizativa, em que se tornou evidente que a organização iria estoirar». Por seu lado, o CMLP acusa-os de se recusarem a submeter ao centralismo democrático e de verem na divulgação de estudos teóricos do Marxismo-Leninismo a tarefa prioritária dos M-L portugueses. Publica o jornal «Causa Operária».

Não nos referiremos aos variadíssimos «comités» e «núcleos» que se encontravam organicamente dependentes destas organizações, por vezes com pequenas publicações próprias, de circulação reduzida e localizados nas Faculdades de Lisboa, Porto e Coimbra, já que isso tornaria este artigo longo em excesso.

Como resultado da 2.ª Conferência do CMLP, o novo órgão do grupo passa a ser o jornal «Unidade Popular», saindo o primeiro número em Março de 1969. O órgão teórico toma o nome de «Estrela Vermelha», que vem a lume em Janeiro de 1969; o seu órgão interno chamar-se-á «Novo Militante», para que se faça a distinção com o *velho* «Militante», órgão interno do PCP. O destacamento estudantil toma o nome de UEC (M-L), União dos Estudantes Comunistas (M-L) que publica o jornal «Servir o Povo» a partir de Outubro de 1969.

A partir do CMLP de 1968 formar-se-ão ainda mais organizações (ver organigrama) como o CML de P que publica o órgão «O Bolchevista». Não tem qual-

### Organigrama das organizações trotskistas



quer significado a forma como por vezes aparece o nome destas organizações, sendo uma CMLP (Português) e outra «de P» (de Portugal) o mesmo se verificando em relação ao PCP e ao PC de P. Trata-se de preciosismos de linguagem que não reflectem qualquer matiz ideológica dentro da corrente mais ampla dos marxistas-leninistas. Este grupo que nos referimos adoptará em 1974 a designação de CML de P — Partido Comunista de Portugal (em construção).

## 1969 e depois

As eleições para deputados de Outubro de 1969, últimas em que a Oposição Democrática levou a sua presença até final, vão marcar mais um ponto de ruptura, de onde vão surgir grupos, alguns deles com anteriores ligações à CDE. Alguns destes grupos apontam para a luta armada como tarefa imediata, como o ARCO (Acção Revolucionária Comunista): claramente influenciado por Carlos Mariguella, aparece no Porto, mas para além de lançamento de propaganda, não levou a cabo as acções que propunha pois foi rapidamente desmembrado pela polícia.

Por outro lado, sectores da pequena burguesia urbana, do semiproletariado (empregados e baixo-funcionalismo) e alguns operários, contando com um número reduzido de estudantes, criam a Unidade Revolucionária Marxista-Leninista — UR (M-L) em 1970. Publica «Folha Comunista» e como órgão teórico «Revolução Proletária». Este grupo tem também como antecedente o trabalho realizado nas eleições de Outubro de 1969 e que levou ao posterior afastamento da linha da Oposição Democrática, é muito criticado pelas várias organizações M-L existentes na época. É-lhe criticado o facto de não ter procedido a uma análise crítica dos grupos existentes, nomeadamente o CM-LP. O facto de não criticar nos moldes habituais o PCP (esquecia-se das aspas no C e não considerava o revi-

sionismo como inimigo de classe) coloca a URML fora da área ortodoxa — *Éme Élemente* falando...

Na sequência do 25 de Abril, formará com outras organizações a ORPC (M-L).

Como última referência ao grupo «O Comunista», resta-nos registar o momento do seu desaparecimento como organização. Ele vai ser absorvido por «O Grito do Povo», que existia no Porto e funcionava agrupada em torno do jornal, com o mesmo nome de que saiu o primeiro número em Dezembro de 1971. O desaparecimento de «O Comunista» dá no começo de 1972. Este grupo, ao longo da sua existência, tomou posições que o levaram a sofrer ataques cerrados das outras organizações que se reclamavam do Marxismo-Leninismo. Talvez uma das posições mais radicais assumidas pelo grupo «O Comunista» seja a crítica que ele faz às organizações que se propõem reconstruir o Partido Comunista. Senão vejamos o que escreve o próprio jornal «O Comunista» no seu n.º 11, de Novembro de 1971:

«A Revolução, segundo certos grupos marxistas-leninistas, seguiria as seguintes fases:

1.º — Constrói-se o partido independentemente de todos os acontecimentos que possam suceder na vida nacional e sobretudo ignoram-se as massas populares não se perdendo tempo com elas. Uma vez esta tarefa realizada.

2.º — Conquistam-se as massas populares através da propaganda e da divulgação dos textos clássicos marxistas-leninistas desligados da necessidade das massas. Por último.

3.º — Desencadeia-se a guerra popular sob a direcção absoluta do partido.»

Em 1973, o jornal «O Grito do Povo» e o grupo que à volta dele existia vão dar origem à OCMLP — Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa, que tem uma particularidade em relação à maioria dos outros grupos então existentes: a quase totalidade da or-

ganização está no interior.

A criação da OCMLP não foi pacífica. As vozes discordantes seguiram outros rumos; um grupo dará origem ao «Luta Comunista», em 1972, que em 1974 se transformará em «Comité Revolução Co-

munista»; outro teria dado origem à LCI, organização trotskista: esta é, pelo menos, a versão OCMLP veiculada pela publicação «Foice e Martelo», em que se faz um historial da corrente M-L. Esta opinião é, no entanto, desmentida por elementos

# O GRITO DO POVO

JORNAL OPERARIO COMUNISTA Nº1 DEZEMBRO DE 1971 Preço: 1,00

## ABAIXO A EXPLORAÇÃO

O MARCELO FALA, OS PREÇOS SOBEM.

É o pão, é o leite, é o azeite, é o bacalhau, é a carne, é o peixe, são os transportes, são as rendas de casa, é tudo. Isto está cada vez pior. O povo já se habituou a esperar que alguma coisa aumente depois do Marcelo vir com as "conversas" para a TV. Que é por isto, que é por aqui, que se pudessem, mas que é igual em toda a parte, que tenham paciência. Mas o Marcelo já não engana ninguém. Depois dos primeiros meses a seguir à morte do outro, ainda houve quem acreditasse, quem tivesse esperança que isto ia mudar. Mas hoje a esmagadora maioria da classe operária e do povo traba-

lhador de Portugal já compreendeu que capitalismo com Salazar, com Marcelo ou com outro qualquer é sempre capitalismo. E que capitalismo é riqueza para os burgueses e miséria para o povo. Que capitalismo é a forma dos capitalistas roubarem e espoliarem quem trabalha e viverem à custa do suor e sangue do povo. Mesmo sem por vezes compreenderem completamente porque é que a miséria é cada vez maior, a classe operária já compreendeu que os capitalistas, os burgueses, os fascistas com o Marcelo à cabeça, são inimigos do povo, são nossos inimigos de classe. Mas precisamos saber porque é que cada vez comemos pior, trabalhamos mais, somos mais explorados, para sabermos

O grupo e o jornal «O Grito do Povo» (de que se reproduz a primeira página do número 1), fundados em 1971, dariam dois anos depois origem à OCMLP — Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa

trotskistas que indicam a origem da LCI fora desta área da esquerda portuguesa.

Em Dezembro de 1973 aparece um outro grupo reclamando-se M-L: a UC (M-L) que surge, nas palavras dos seus dirigentes «na continuação do então extinto Comité Comunista de Portugal, organização criada dois anos antes por um reduzido núcleo de intelectuais, entre os quais dois elementos que haviam traído anteriormente nas cadeias fascistas».

Segundo o jornal «O Grito do Povo» de 9 de Março de 1976, os elementos que estarão na origem da UC (M-L) derivam do «ex-núcleo José de Sousa, em tempos integrado em «O Comunista» e que foi expulso aquando da fusão deste com «O Grito do Povo», na formação da OCMLP».

E mais adiante:

«Desde Agosto do mesmo ano (1973) que alguns militantes vinham criticando o mau funcionamento organizativo do Comité e o desprezo na prática pelo recrutamento entre elementos activos da classe operária. A necessidade de definição e aplicação de uma mais eficaz linha de organização, a deserção da maioria dos dirigentes perante a ameaça da repressão fascista e as críticas internas que se levantavam, e a identificação pela PIDE de alguns militantes do Comité, levou os elementos que efectuaram reuniões de Agosto a Dezembro de 1973 a extinguir o Comité e criar a União Comunista (M-L).

«(...) O que preocupava os camaradas que estão na base da constituição da UCML era apenas levar efectivamente à prática, de acordo com métodos de trabalho e de organização mais correctos a linha defendida anteriormente, de penetrar no meio operário, alargar aí o recrutamento para as células, avançar na organização frentista das massas operárias, etc... O espírito sectário e antipartido permanecido com armas e bagagens, só que os dirigentes mudaram, tal é a conclusão a retirar do aparecimento da UCML.» (in «Relatório e Autocrítica da

Direcção Provisória da União Comunista (Marxista-Leninista)», aprovado na 1.ª Conferência de Constituição da União Comunista para a Reconstituição do Partido (M-L)».

Surge então, nesta 1.ª Conferência, a UCRP (M-L), na sequência da extinção da UC (M-L) (1975). Publica o jornal «O Comunista», não se tratando contudo de uma continuação do jornal com o mesmo nome, atrás citado.

Esta organização estará na origem do PC (M-L)P que hoje ainda existe com esta designação.

Vamos agora retomar o grupo CMLP, que «abandonámos» em 1969. Após reuniões preparatórias, realizou-se o V Congresso (Reconstitutivo) do PC de P (M-L), ou 1.º Congresso, como também é conhecido. A designação de V Congresso está relacionada com os anteriores realizados pelo PCP — o 1.º em 1923, 2.º em 1926, 3.º (ilegal) em 1943, 4.º (ilegal) em 1946, e 5.º em 1970. Não se tem em conta os Congressos realizados pelo PCP depois de 1956, visto se considerar desde essa data abusivo o nome de PCP por parte do Partido de Álvaro Cunhal. O PCP (Cunhal) realizou o seu 5.º Congresso em 1957 e o 6.º em 1965.

O V Congresso, que dá origem ao PC de P (M-L), com a presença de nove pessoas, segundo a versão de um ex-membro do Comité Central do PCP (M-L), vai continuar com as publicações do anterior e CMLP, que então se extingue.

O V Congresso realiza-se em 1970, em Paris, embora só no n.º 10 de «Unidade Popular» de Agosto de 1971, se lhe faça referência como tendo sido realizado «ainda em 1970».

Devido a cisões no PCP (M-L) depois do 25 de Abril, aparecem dois PCP (M-L) — um *tendência Mendes* e outro *tendência Vilar*, com dois órgãos «Unidade Popular». O PCP (M-L) — *tendência Mendes* decide abandonar a designação e constitui-se em Partido de Unidade Popular, que depois das eleições do 25 de Abril de 1975 voltou a utilizar a designa-

ção de CMLP, para depois integrar com a ORPC (M-L) e a OCMLP o PCP (R), em 1976.

Ainda temos de referir o aparecimento do grupo CARP (M-L) — Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (M-L), em 1973, que publica «Longa Marcha» e se reclama continuador do CMLP de 1964. Depois do 25 de Abril, o CARP (M-L) funde-se com «Luta Comunista», continuando a utilizar a mesma designação e mantendo o órgão «Luta Comunista», desaparecendo, por seu lado, o órgão «Longa Marcha». Esta organização reclama-se como a continuadora do CMLP de 1964 e para isso contribui, por um lado, o apoio que logo a seguir ao 25 de Abril esta organização recebeu de F. Martins Rodrigues, esse sim como vimos, fundador, entre outros, do CMLP de 64, havendo quem sugira que ele próprio teria estado na origem do grupo, mesmo preso em Peniche.

### **As CBS, a EDE e o MRPP**

Antes de falarmos da EDE e do MRPP; vamos referir a existência das CBS.

As CBS apresentam-se como um movimento unitário que se formou a partir da CDE de Lisboa. Elas agrupam militantes de várias organizações, além de outros sem filiação partidária. Publicam o jornal «Lutar pelo Socialismo» do qual saem 7 números na clandestinidade. Depois do 25 de Abril, as CBS, após um trabalho unitário com outras organizações (PRP, URML, LCI, LUAR) desaparecem da cena política.

Para se falar do MRPP torna-se necessário fazer referência à EDE, organização que esteve na sua origem. A sua actividade aparece estreitamente ligada à Faculdade de Direito de Lisboa, em 1969. Publica «Ousar Lutar, Ousar Vencer», empenha-se nas eleições de Outubro desse ano e aglutinará, em Lisboa, o movimento subsequente aos acontecimentos de Coimbra desse ano — movimentações estudantis e forte onda re-

pressiva com o objectivo de liquidar o Movimento Estudantil. A EDE servirá também de ponto de encontro dos estudantes que, fora da área do PCP, se propõem levar a cabo uma ruptura com o reformismo. É neste sentido que surgirá, ainda antes do MRPP, a FEML — Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas, que publica o órgão «Guarda Vermelha» e que passará a ser o organismo estudantil daquele partido.

Segundo os textos do próprio MRPP, este nasceu no dia 18 de Setembro de 1970, nos arredores de Lisboa, tendo-se então realizado a primeira reunião do Comité Lenine, Comité Central do MRPP, sendo Arnaldo Matos eleito para o cargo de secretário-geral. As influências da EDE ainda se notam, mesmo que só no seu aspecto formal; disso é prova o órgão teórico do Movimento «Bandeira Vermelha», cujo 1.º número sai em Dezembro de 1970, ao assinar o seu editorial com a sigla «Ousámos começar, ousaremos triunfar». Nesse mesmo órgão, o MRPP define-se como a «organização embrionária do futuro Partido Revolucionário do Proletariado Português. Rege-se na sua linha política e nos seus métodos de organização pelos princípios do marxismo-leninismo e pela experiência histórica da luta proletária nacional e internacional contra o capitalismo e o imperialismo, contra o oportunismo e o revisionismo, pela construção do socialismo.» — Publica o órgão «Luta Popular», que sai em Fevereiro de 1971.

A razão da não inclusão do MRPP no conjunto das organizações que se reclamam do Marxismo-Leninismo tem vários aspectos que merecem ser considerados:

1.º — O MRPP não considera, ao contrário das outras organizações, que alguma vez existisse um verdadeiro Partido Comunista, pelo que se trata de o construir e não de o «reconstruir» como propõem todas as outras organizações. Por este facto merecer especial atenção, dele voltaremos a falar.

2.º — Enquanto todos os outros gru-

pos põem a tónica dominante na necessidade de união dos comunistas com vista à reconstrução do Partido, o MRPP considerando-os a todos como neo-revisionistas, não prevê aliança com nenhum destes grupos, reservando-se a si a construção do Partido.

Sobre este ponto lê-se no n.º 5 dos «Documentos do MRPP»:

«Na sua análise, o MRPP verificara também que as falsas tentativas da década de sessenta, levadas a cabo por toda a espécie de arrivistas, revisionistas frustrados, carreiristas, delatores na PIDE e emigrados burlões, tinham constituído ensaios desesperados da burguesia para perpetuar a peçonha revisionista sob a camisa do anti-revisionismo.»

De si mesmo, diz o MRPP:

«Levantando explicitamente, e pela primeira vez no mundo, a bandeira do maoísmo, o nosso partido é amado pelo proletariado e goza do maior ódio de fascistas e social-fascistas, imperialistas e social-imperialistas. Um partido jovem que conhece a arte de navegar.» («Doc. n.º 5, pág. 18).

A posição do MRPP é considerar que em nenhum momento, com raríssimas excepções, o PCP teve e praticou consequentemente uma linha marxista-leninista. Se, a partir de 1956 a concordância é geral de que o PCP não é revolucionário, já antes disso não acontece, visto os grupos M-L se reclamarem de Alfredo Diniz, José Gregório, Militão Ribeiro e Bento Gonçalves, como dirigentes do verdadeiro PC. A eles chama o MRPP os destiladores da ideologia revisionista nos últimos 50 anos. Assim fundamenta o MRPP a necessidade do aparecimento do verdadeiro Partido do Proletariado, tarefa a que se propõe. Ligados ao MRPP existem vários organismos, fundamentalmente relacionados com a luta anticolonial, como o RPAC — Resistência Popular Anti-Colonial e os Comitês de Luta Anti-Colonial (CLACs).

Temos referências de duas organizações que não foram positivamente

incluídas no organigrama.

Trata-se do Movimento Marxista Leninista, surgido no Porto em 1967. No organigrama da OCMLP («Foice e Martelo») ele surge como uma derivação do CMLP de 1964. No entanto, no jornal «Unidade Popular», órgão do PCP (M-L) este grupo é referido como tendo sido criado pela PIDE para tentar apanhar os militantes que tinham escapado às prisões de 1966. Apesar das tentativas feitas, não foi possível chegar a uma ideia clara sobre o assunto, pelo que optámos pela sua não inclusão.

O outro grupo é a UAR — União de Acção Revolucionária, da qual conhecemos o projecto de programa, que vem assinado «Lisboa/Londres 1970». O texto levar-nos-ia a incluí-la na corrente M-L, mas a total ausência de dados ou, sequer, de informações orais, já que militantes M-L desse tempo nunca ouviram falar nesse grupo levou-nos, também, a não a incluímos no organigrama.

## A Corrente Trotskista

O Trotskismo não tem em Portugal expressão organizativa antes de 1970. O aparecimento de organizações trotskistas encontra-se intimamente ligado ao Movimento de Maio de 1968, em França, e com as movimentações estudantis de 1969. Ligam-se, internacionalmente, ao movimento de reconstrução da IV Internacional; no entanto, as divisões no seio desta IV Internacional provocam o aparecimento de grupos distintos, o que também se verificou (e verifica) em Portugal.

A primeira organização trotskista é o CLMRP, que surge em 1970. Reclama-se Lambertista e apoia-se nos jornais «Revolta Proletária» e «Política Operária». A cisão que existirá entre Lambert e Healy levará ao aparecimento de uma organização ligada ideologicamente a este último — é a LCPR, criada em 1973; publica o órgão «Vanguarda Operária» e extinguir-se-á no pós-25 de Abril.

Em fins de 1972 surgem os GAC, focalizados essencialmente na Faculdade de Medicina de Lisboa. Publicam «Toupeira Vermelha» e «Luta Proletária». A partir de fins de 73 surge a sigla LCI, que terá o órgão «Luta Proletária». Ligados ao GAC surgem, na sequência dos acontecimentos da capela do Rato, os «Grupos de Acção» cuja actividade se faz sentir ao nível do ensino secundário, onde edita os órgãos «Grito», «Outubro», «Impulso» e «Alavanca».

Destes grupos de acção nascerá o GMR, em 1974, que se manterá até Janeiro de 1975, data do aparecimento do PRT, que publica o órgão «Combate Socialista», ex-órgão do GMR.

Pelo que atrás foi dito, torna-se evidente que as divisões no seio da esquerda portuguesa não são de agora; elas assentam em razões ideológicas (caso da extrema-esquerda em relação ao PC) em divergências tácticas no que respeita ao derrube do fascismo (grupos M-L *versus* PRP/LUAR) e, em grande parte, em questões pessoais, para as quais se procuram depois as razões teóricas. É neste sentido que se compreendem as acusações com que mutuamente se brindam, onde dificilmente se descortinam razões ideológicas: dizer de um grupo que não é mais do que «uma sopa ecléctica para pobres», elucida-nos pouco sobre os conteúdos dessa divergência...

O reduzido número de militantes e simpatizantes que a maioria destes movimentos tinha leva-os a cair no purismo ideológico, sem relação alguma com o quotidiano dos trabalhadores, e a fazer da luta contra o PCP o móbil de sua acção, na falta de um projecto alternativo.

Todos os grupos M-L se reclamam do Marxismo, mas de uma leitura aos seus jornais e edições fica-nos a ideia de que esse marxismo só aparece em versões filtradas (Leninistas ou Estalinistas). Esta situação pouco melhorará no pós-25 de Abril: em 1976, num levantamento feito às edições de livros de autores marxistas, verificou-se que Lenine era o autor com mais títulos publicados, a seguir Mao

Tsé-Tung e, muito distanciado, estava Marx, o menos lido da galeria dos clássicos!

Não foi nossa preocupação fazer a análise das organizações no período que se seguiu a Abril de 1974, embora o organograma aponte nesse sentido. Quisemos só deixar uma ideia sobre a origem dos partidos que actualmente fazem parte do espectro político (a UDP e o MRPP por ex.). A falta de elementos em relação a alguns grupos originou uma informação desigual que teria todo o interesse ser completada e corrigida.

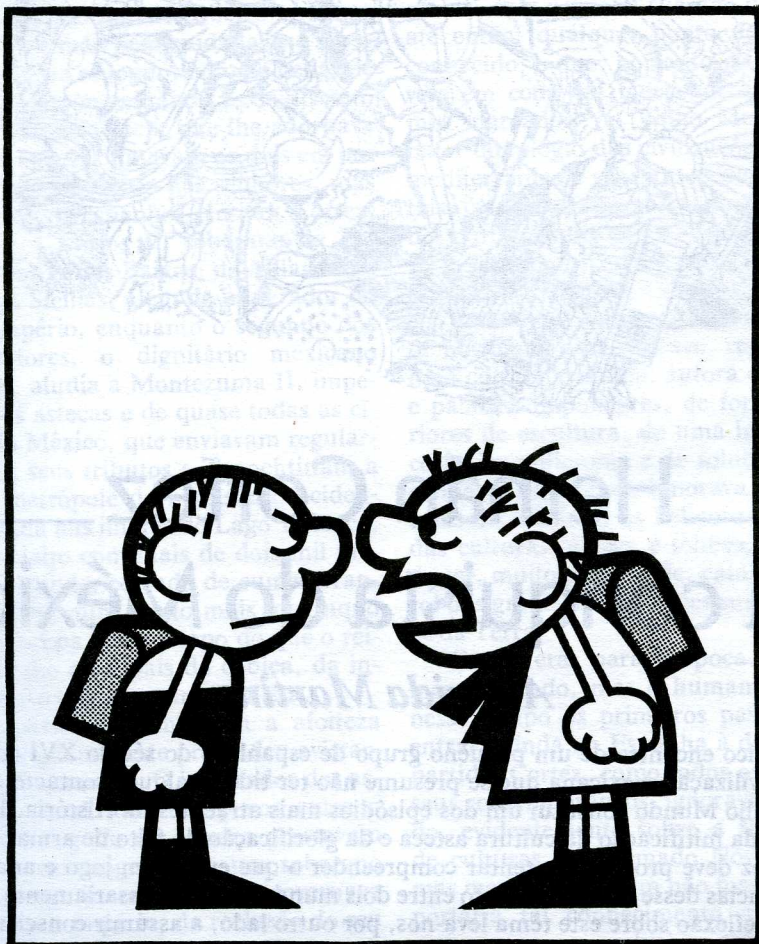
Um sector importante da esquerda portuguesa — o Movimento CDE de Lisboa, os movimentos anticoloniais, a participação dos Católicos na Oposição e as diferentes experiências políticas tentadas depois de 1969 — ficam por fazer, não obstante a sua acção política se ter desenrolado fundamentalmente *no interior*, utilizando o reduzidíssimo (ou nulo) espaço de manobra permitido pelo regime à Oposição.

## Glossário das organizações

- ARA — Acção Revolucionária Armada
- ARCO — Acção Revolucionária Comunista
- ASP — Acção Socialista Portuguesa
- BR — Brigadas Revolucionárias
- CARP (M-L) — Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (Marxista-Leninista)
- CBS — Comissões de Base Socialistas
- CC de P — Comité Comunista de Portugal
- CCR (M-L) — Comités Comunistas Revolucionários (M-L)
- CDE — Comissão Democrática Eleitoral
- CEUD — Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
- CLMRP — Comité de Ligação dos Militantes Revolucionários Portugueses
- CMLP — Comité Marxista Leninista Português
- CML de P — Comité Marxista Leninista de Portugal
- EDE — Esquerda Democrática Estudantil
- FPLN — Frente Patriótica de Libertação Nacional
- FAP — Frente de Acção Popular
- GAC — Grupos de Acção Comunistas
- GMR — Grupo Marxista Revolucionário
- JCAC — Junta Central de Acção Patriótica
- LCI — Liga Comunista Internacionalista
- LCPR — Liga para a Construção do Partido Revo-

lucionário  
 MAR — Movimento de Acção Revolucionária  
 MES — Movimento de Esquerda Socialista  
 MRPP — Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado  
 OCMLP — Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa  
 ORPC (M-L) — Organização para a Reconstrução do Partido Comunista (Marxista-Leninista)  
 OST — Organização Socialista dos Trabalhadores  
 PC (M-L) P — Partido Comunista (Marxista-Leninista) de Portugal  
 PCP — Partido Comunista Português  
 PCP (M-L) — Partido Comunista de Portugal

(Marxista-Leninista)  
 PRP — Partido Revolucionário do Proletariado  
 PRT — Partido Revolucionário dos Trabalhadores  
 POUS — Partido Operário de Unidade Socialista  
 PS — Partido Socialista  
 PSR — Partido Socialista Revolucionário  
 RRS — Resistência Republicana Socialista  
 UCMLP — União Comunista Marxista-Leninista Portuguesa  
 UCRP (M-L) — União Comunista para a Reconstituição do Partido (M-L)  
 UDP — União Democrática Popular  
 URML — Unidade Revolucionária Marxista Leninista



JCAO ABEL MANTA

O teu irmão é da FAP e o meu é da LUAR